

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

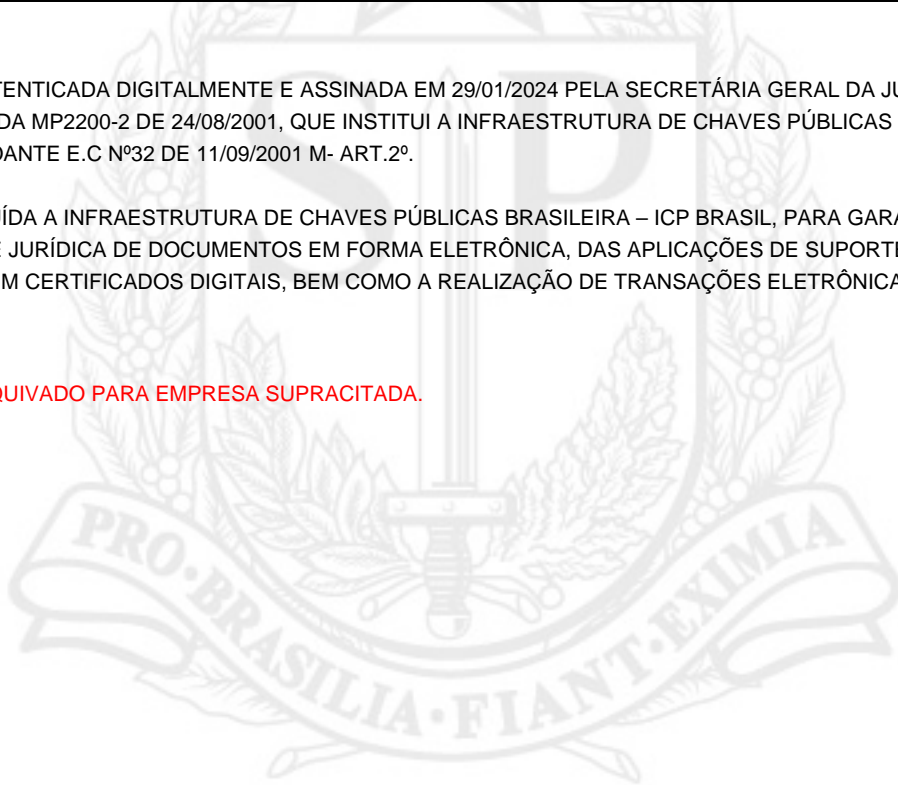
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)	
NIRE 35230241769	CNPJ 26.580.101/0001-72	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.018.920/24-9	DATA DO ARQUIVAMENTO 24/01/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 29/01/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 09:58:43	CÓDIGO DE CONTROLE 229508230
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 29/01/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2430002681



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Capital e QSA, Alteração de Atividades/Objeto, Alteração de Endereço		
NOME EMPRESARIAL APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.		PORTE ME
LOGRADOURO RUA FILIPE DE GUSMAO		NÚMERO 123
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO SUMAREZINHO	CEP 05441100
MUNICÍPIO SÃO PAULO		UF SP
E-MAIL DALESSANDRO@APPONTE.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 26580101000172	NIRE - SEDE 35230241769
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS
NOME: MARCOS DE SOUZA DALESSANDRO - Sócio-Administrador		DARE R\$ 201,55
DATA ASSINATURA:		DARF Isento
ASSINATURA: 		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

10/01/2024

Página 1 de 1



5º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO SOCIAL

APPONTE WEB GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

CNPJ: 26.580.101/0001-72

NIRE: 3523024176-9

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas, as quais ao final subscrevem o presente,

CAROLINA TARANTINO ARAUJO, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 118.739, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.823.547-20, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sambaíba 587, Apto. 1.002, CEP 22450-140;

ZR PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.047.722/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1240, conjunto 11, Jardim Europa, CEP: 01455-000, com seu contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob NIRE nº 35.601.086.782, em sessão de 12.08.2015, neste ato por seu representante legal, Sr. **JOSÉ CASTRO ARAUJO RUDGE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG sob nº 14.209.727 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 033.846.588-09, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Franz Schubert 111, Apto. 31, CEP 01454-020,

ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/PF sob nº 07.850.197/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Casa Verde, 1.946 – Sala 205 - CEP 02520-100, com seu contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob NIRE nº 35.221.985.670, em sessão de 12.12.2007, neste ato representada por **FERNANDO ANTONIOS MAMAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG sob nº 17.157.638, emitida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 151.141.578-92, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anadia, 163 – Aclimação, CEP 04108-100,

LUIZ EDUARDO BATALHA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG sob nº 3.547.820, e inscrito no CPF sob nº 535.781.558-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo na Rua São Carlos do Pinhal, 696 – 14º Andar – Bela Vista, CEP: 01333-000; e

ODGERS BERNDTSON CONSULTORES EM SELEÇÃO DE EXECUTIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.129.427/0001-00, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 350 – 1º Andar – Vila Olímpia, CEP: 04552-000, com seu contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob NIRE nº 35.223.576.190 neste ato representada por **LUIZ EDUARDO CHECCIA WEVER**, brasileiro, casado,

administrador de empresas, empresário, portadora cédula de identidade RG sob nº 12147106, e inscrito no CPF sob Nº 124.984.848-25 residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, 1.080, Jardim Paulista, CEP: 01406-000

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob a denominação social de **APPONTE WEB GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Hungria, nº 1.240, conjunto 11, Jardim Europa, CEP: 01455-000, inscrita no CNPJ sob nº **26.580.101/0001-72**, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob número 35230241769 em sessão de 22.11.2016, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, retificar e consolidar o contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições a partir da situação atual:

Sócios	Percentual	Quotas	Valor
ARAMAX VISON	70%	210.000	R\$ 210.000,00
CAROLINA TARANTINO ARAUJO	4,80%	14.400	R\$ 14.400,00
LUIZ EDUARDO BATALHA	3,40%	10.200	R\$ 10.200,00
ODGERS BERNDTSON	12,60%	37.800	R\$ 37.800,00
ZR PARTICIPAÇÕES	9,20%	27.600	R\$ 27.600,00
Total	100%	300.000	R\$ 300.000,00

CLÁUSULA PRIMEIRA

A ZR PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EIRELI, acima qualificada, possuidora de 27.600 (vinte sete mil e seissentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 27.600,00 (vinte sete mil e seissentos reais), cede e transfere, como cedido e transferido a totalidade de suas quotas a de capital a

1.1 ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA já qualificado anteriormente; recebe 24.600 (vinte quatro mil e seissentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 24.600,00 (vinte quatro mil e seissentos reais); e

1.2 É admitido na sociedade o Sr **MARCOS DE SOUZA D'ALESSANDRO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG sob nº 13.436.536, emitida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 084.113.188-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Filipe de Gusmão, 123, Sumarezinho, CEP 05441-100; que recebe 3.000 (tres mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 3.000,00 (tres mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

A sócia **CAROLINA TARANTINO ARAUJO**, acima qualificada, possuidora de 14.400 (quatorze mil e quatrocentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), cede e transfere, como cedido e transferido a totalidade de suas quotas de capital a

2.1 ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA já qualificado anteriormente; recebe 14.400 (quatorze mil e quatrocentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

O Sócio LUIZ EDUARDO BATALHA, acima qualificada, possuidora de 10.200,00 (dez mil e duzentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), cede e transfere, como cedido e transferido a totalidade de suas quotas de capital a

3.1 ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA já qualificado anteriormente; recebe 10.200,00 (dez mil e duzentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA

O Sócio ODGERS BERNDTSON CONSULTORES EM SELEÇÃO DE EXECUTIVOS LTDA, acima qualificada, possuidora de 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), cede e transfere, como cedido e transferido tem, a totalidade de suas cotas das suas quotas de capital para

4.1 ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA já qualificado anteriormente; recebe 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentas) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA

Tendo as alterações ora deliberadas, a cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, que dispõe sobre o capital social, passa a vigor com a seguinte nova redação:

Sócios	Percentual	Quotas	Valor
ARAMAX VISON	99%	297.000	R\$ 297.000,00
MARCOS DE SOUZA D'ALESSANDRO	1%	3.000	R\$ 3.000,00
Total	100%	300.000	R\$ 300.000,00

Parágrafo primeiro – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002.

Parágrafo terceiro – Até 30 (trinta) dias após a deliberação que aprovar o aumento do capital da sociedade, terão os sócios preferência para participar no citado aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.

Parágrafo quarto – Se algum sócio não exercer o respectivo direito de preferência no prazo

estabelecido, as quotas serão alocadas proporcionalmente aos demais sócios que tenham exercido o direito de preferência.

Parágrafo quinto – Aplica-se à cessão do direito de preferência o disposto na cláusula sétima abaixo, no que couber.

CLÁUSULA SEXTA

Os decidem alterar o endereço da sede para Rua Filipe de Gusmão, 123, Sumarezinho, CEP 05441-100, cidade de São Paulo, e estado de São Paulo.

CLÁUSULA SÉTIMA

Incluem-se no objeto social:

- (i) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (CNAE: 6202-3/00).

CLÁUSULA OITAVA

As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas.

CLÁUSULA NONA

Em razão da alteração retro deliberada e por conveniência, consolida-se o Contrato Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

APPONTE WEB GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

CNPJ: 26.580.101/0001-72

NIRE: 3523024176-9

ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/PF sob nº 07.850.197/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Casa Verde, 1.946 – Sala 205 - CEP 02520-100, com seu contrato de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob NIRE nº 35.221.985.670, em sessão de 12.12.2007, neste ato representada por **FERNANDO ANTONIOS MAMAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG sob nº 17.157.638, emitida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 151.141.578-92, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anadia, 163 – Aclimação, CEP 04108-100; e

MARCOS DE SOUZA D'ALESSANDRO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG sob nº 13.436.536, emitida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 084.113.188-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Felipe Gusmão, 123 – Sumarezinho, CEP 05441-010.

Têm entre si, justo e contratado uma sociedade empresária limitada, regida pelas cláusulas e condições seguintes e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DENOMINAÇÃO, NOME FANTASIA E SEDE

A Sociedade denomina-se **APPONTE WEB GESTÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA** utiliza o nome fantasia "**APPONTE WEB**", e tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Filipe de Gusmão, 123, Sumarezinho, CEP 05441-100.

Parágrafo Único – A Sociedade poderá, por deliberação de seus sócios, abrir filiais e escritórios em qualquer parte do País, em conformidade com as leis aplicáveis à espécie, para a qual será alocada parcela do capital social para fins fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA
OBJETO SOCIAL

O objeto da Sociedade compreenderá as seguintes atividades:

- a) Tratamento, desenvolvimento, manutenção, processamento e gestão de software, aplicativos, sites, banco de dados e de informações (CNAE 6311-9/00);
- b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em áreas profissionais e científicas (CNAE 7490-1/99);
- c) Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (CNAE: 6202-3/00);
- d) Consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 7020-4/00);
- e) Assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para a gestão do negócio, através de fornecimentos de informações (CNAE 6399-2/00);
- f) Intermediação e mediação de negócios ou serviços em geral, de forma eletrônica por qualquer meio, promovendo a integração entre profissionais e empresas (CNAE 7490-1/04);
- g) Veiculação e locação de espaço publicitário via rede mundial de computadores (CNAE 7312-2/00); e,
- h) Participação em outras sociedades como acionista ou quotista (CNAE 6463-8/00).

CLÁUSULA TERCEIRA
DURAÇÃO

O início das atividades da sociedade ocorreu no dia 25 de outubro de 2016 e sua duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA
CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. A distribuição do capital social fica a seguinte forma:

Sócios	Percentual	Quotas	Valor
ARAMAX VISON	99%	297.000	R\$ 297.000,00
MARCOS DE SOUZA D'ALESSANDRO	1%	3.000	R\$ 3.000,00
Total	100%	300.000	R\$ 300.000,00

Parágrafo primeiro – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002.

Parágrafo terceiro – Até 30 (trinta) dias após a deliberação que aprovar o aumento do capital da sociedade, terão os sócios preferência para participar no citado aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.

Parágrafo quarto – Se algum sócio não exercer o respectivo direito de preferência no prazo estabelecido, as quotas serão alocadas proporcionalmente aos demais sócios que tenham exercido o direito de preferência.

Parágrafo quinto – Aplica-se à cessão do direito de preferência o disposto na cláusula sétima abaixo, no que couber.

CLÁUSULA QUINTA ONERAÇÃO DE QUOTAS

É vedado aos sócios alienar, transferir, caucionar, emprenhar ou onerar suas quotas sociais, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento dos sócios que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

CLÁUSULA SEXTA DO DIREITO A PRIMEIRA OFERTA

O sócio que desejar alienar suas quotas de capital, no todo ou em parte, a qualquer título, deverá notificar por escrito aos demais sócios sua intenção, especificando o número, de quotas envolvidas na operação, a fim de garantir-lhes o exercício do direito de primeira oferta.

Parágrafo primeiro – O sócio que desejar exercer o direito de primeira oferta deverá comunicar ao sócio notificante, no prazo de até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação referida no *caput*, sua intenção, informando o valor unitário que se dispõe a pagar pelas quotas envolvidas na operação, e as condições de pagamento. A ausência de manifestação dos demais sócios, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação referida no *caput*, será interpretada como renúncia ao direito de primeira oferta.

Parágrafo segundo – Recebida a proposta de primeira oferta, o sócio notificante deverá respondê-la no prazo de 5 (cinco) dias, informando ao sócio que a efetuou se aceita, ou não,

seus termos. Caso mais de um sócio exerça o direito de primeira oferta, o sócio notificante terá liberdade de optar pela oferta que lhe parecer mais favorável.

Parágrafo terceiro – Caso o sócio notificante não receba nenhuma oferta no prazo estipulado pelo parágrafo primeiro, ou decida não aceitar nenhuma das ofertas recebidas dos demais sócios, terá liberdade para negociar com terceiros a alienação de suas quotas, observado, porém, que o maior valor unitário ofertado pelos demais sócios deverá constituir o preço mínimo unitário de cada quota na eventual alienação a terceiros, tudo sem prejuízo do direito de preferência previsto neste contrato social.

Parágrafo quarto – Caso o sócio notificante não realize qualquer notificação aos demais sócios para exercício do direito de preferência, previsto na cláusula oitava, no período de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação de que trata o *caput* desta cláusula, deverá realizar, novamente, todo o procedimento descrito nesta cláusula antes de negociar a alienação de suas quotas para terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA **DIREITO DE PREFERÊNCIA**

Sem prejuízo do direito de primeira oferta de que cuida a cláusula anterior, o sócio que desejar alienar a terceiras suas quotas de capital, no todo ou em parte, a qualquer título, deverá notificar aos demais sócios sua intenção, por escrito, indicando o nome do pretendente, o preço unitário de cada quota objeto da alienação pretendida, e a forma de pagamento.

Parágrafo primeiro – No prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação de que trata o *caput* desta cláusula, os demais sócios poderão exercer o direito de preferência para a aquisição da integralidade das quotas ofertadas, nas condições constantes da referida notificação, não lhes podendo ser recusada a venda. É vedado o exercício do direito de preferência para aquisição de apenas parte das quotas ofertadas.

Parágrafo segundo – Na hipótese de mais de um sócio manifestar a intenção de exercer o direito de preferência, a cessão das quotas ofertadas lhes se fará na mesma proporção daquelas que possuírem.

Parágrafo terceiro – Decorrido o prazo fixado acima, sem que nenhum dos outros sócios exerça seu direito de preferência, a venda poderá ser contratada com o pretendente, nos 90 (noventa) dias subsequentes, em condições idênticas às constantes na notificação referida no *caput* desta cláusula. Decorrido esse prazo sem que se efetive a venda, e o sócio notificante pretender alienar suas cotas, o mesmo deverá renovar o procedimento estabelecido nesta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA **TAG ALONG**

Sem prejuízo do direito preferência previsto na cláusula sétima acima, na hipótese de um sócio desejar ceder suas quotas a terceiros, os sócios remanescentes terão o direito, mas não a obrigação, de exigir que suas quotas sejam alienadas de forma conjunta ao terceiro interessado,

na mesma proporção das quotas a ele ofertadas pelo sócio alienante, pelo mesmo preço unitário por quota, e nos mesmos termos e condições ("Tag Along").

Parágrafo primeiro – O sócio que desejar exercer o direito de "Tag Along" deverá comunicar ao sócio alienante sua intenção, dentro do mesmo prazo de 30 (trinta) dias concedido para exercício do direito de preferência, previsto no parágrafo primeiro da cláusula oitava. A ausência de manifestação dos demais sócios, dentro desse prazo, será interpretada como renúncia ao direito de Tag Along, hipótese em que o sócio alienante terá o direito de realizar a alienação para o terceiro interessado, nos mesmos termos e condições anteriormente informados, respeitado o prazo do parágrafo segundo da cláusula oitava.

Parágrafo segundo – Caso exercido o "Tag Along", e o terceiro interessado não tenha manifestado interesse em adquirir as quotas que, em decorrência do "Tag Along", foram acrescidas às quotas ofertadas, a quantidade de quotas a ser alienada ao terceiro interessado deverá ser proporcionalmente reduzida. Caso a alienação pretendida seja de quotas representativas de 100% (cem por cento) da participação do sócio alienante, e o terceiro interessado não deseje adquirir todas as quotas dos sócios que exercerem o direito de Tag Along, o sócio alienante poderá optar por, em lugar de reduzir proporcionalmente as quotas a serem alienadas, desistir do negócio.

CLÁUSULA NONA DRAG ALONG

Na hipótese de sócio majoritário, titular de mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, alienar a integralidade de suas quotas a terceiros, será exigido dos sócios minoritários que alienem ao mesmo terceiro, conjuntamente com o sócio alienante, sua participação no capital social da Sociedade, pelo mesmo preço unitário por quota, e nos mesmos termos e condições ("Drag Alone").

CLÁUSULA DÉCIMA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada pelos sócios, em conjunto ou isoladamente, na qualidade de sócio administrador, todos acima qualificados, os quais têm poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente junto às repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, assinar correspondências, admitir e demitir empregados, todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias, praticando todos os atos necessários ao bom funcionamento da sociedade.

Parágrafo Primeiro – Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da sociedade, bem como todos os atos e documentos que desonerem terceiros de obrigações para com a sociedade, serão obrigatoriamente por:

- (i) Um sócio administrador isoladamente:

VALOR MÁXIMO**ATOS DE RESPONSABILIDADE**

R\$ 50.000,00

R\$ 50.000,00

VALOR LIVRE

VALOR LIVRE

VALOR LIVRE

VALOR LIVRE

50.000,00

VALOR LIVRE

VALOR LIVRE

Emitir e sacar cheques;

Movimentar entre contas bancárias da sociedade;

Representar a sociedade ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente junto as repartições publicas, entidades, autarquias e paraestatais;

Assinar correspondências;

Assinar recibos e pedidos;

Despachar todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias;

Atos de compras produtivas;

Investimento em poupança, fundos, ou similares, ou saques dos mesmos que sejam transferidos imediatamente para a conta da empresa;

Admitir e demitir empregados.

(ii) Por dois sócios administradores, sempre em conjunto:

SUPERIOR A**ATOS DE RESPONSABILIDADE**

R\$ 50.000,01

Movimentações financeiras, entre contas bancárias da SOCIEDADE e de terceiros.

(iii) Os demais atos que envolvam responsabilidade da Sociedade deverão ser exercidos pelos sócios representando 2/3 do capital social.

Parágrafo segundo – É permitida a destituição de administrador, a qualquer tempo, inclusive em ato separado, mediante deliberação dos sócios que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. O(s) administrador(es) será(ão) investido(s) em seus cargos mediante assinatura da própria alteração contratual e/ou do documento em separado que o(s) tiver elegido. A gestão e a administração da sociedade serão exercidas independentemente da prestação de caução, pelos administradores sócios ou não.

Parágrafo terceiro – Os administradores ora indicados declaram, sob as penas da lei, de que não se encontram impedidos(as) de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do §1º do artigo 1.011, da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil").

Parágrafo quarto – Compete aos sócios que representem ao menos 2/3 (dois terços) do capital social, estabelecer a remuneração anual ou mensal à qual os administradores farão jus.

Parágrafo quinto – Os administradores poderão nomear procuradores estranhos à sociedade, inclusive para a prática de atos ordinários de gestão, mediante instrumento de mandato, com poderes específicos e com prazo determinado, exceto nas procurações "ad judicium", nas quais o mandato vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo sexto – Na hipótese de impedimento do sócio administrador, nomeado nesta cláusula, a administração da sociedade caberá exclusivamente ao sócio remanescente que detiver a maior participação no capital social da Sociedade. Na hipótese de falecimento do sócio administrador, nomeado nesta cláusula, o sócio remanescente que detiver maior participação no capital social da Sociedade assumirá interinamente sua administração, até que seja homologada a partilha dos bens deixados pelo sócio administrador falecido, na forma da cláusula décima sexta abaixo.

Parágrafo sétimo – Os atos de qualquer sócio, administrador, empregado ou procurador, que envolvam a sociedade em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social, bem como a prestação de garantias ou contra garantias pela sociedade em favor de terceiros, ou de sociedades em cujo capital social a sociedade detenha participação – tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias – são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à sociedade, salvo quando previa e especificamente aprovado pelos sócios que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DA RELAÇÃO DOS SÓCIOS COM OS ADMINISTRADORES**

Sem prejuízo do quanto previsto no artigo 1.078 do Código Civil, fica facultado aos sócios titulares, conjunta ou isoladamente, de participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social o exame direto dos livros e arquivos da Sociedade, na sede da Sociedade, a qualquer tempo e independentemente de autorização de quem quer que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS**

Todas as deliberações sociais serão tomadas em reunião e aprovadas pelo voto dos sócios que representem, no mínimo, a maioria absoluta do capital social, salvo nas hipóteses em que a lei, este contrato social, ou eventual acordo de sócios, exigir maioria mais elevada.

Parágrafo primeiro – As declarações necessárias às deliberações sociais, inclusive os votos dos sócios, poderão ser efetuados por escrito, mediante carta, telex, telefax ou telegrama.

Parágrafo segundo – As seguintes matérias, sem prejuízo de outras previstas em lei ou em eventual Acordo de Sócios, dependerão da previa aprovação dos sócios:

- i. Modificação do contrato social da sociedade;
- ii. Modificação do objeto social da sociedade;
- iii. Chamadas de capital, aumentos ou reduções do capital social da sociedade;
- iv. Criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências e/ou reserva de lucros da sociedade que não sejam exigidas por lei, assim como qualquer distribuição de dividendos e/ou lucros da sociedade;
- v. A dissolução, liquidação ou a autorização à Diretoria da sociedade para declarar a falência da sociedade (incluindo pedidos de recuperação judicial ou procedimentos similares), ou medidas e passos similares envolvendo a sociedade;

- vi. Operações de reorganização societária (incluindo fusão, cisão, transformação, incorporação, incorporação de quotas ou ações, ou sua incorporação por outra sociedade) envolvendo a sociedade; e,
- vii. A celebração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela sociedade para participação em parcerias (joint ventures), a aquisição de participação em outras sociedades ou a incorporação de subsidiárias ou sociedades controladas pela Sociedade.

Parágrafo terceiro – A modificação do contrato social fica sujeita à aprovação dos sócios titulares de mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo quarto – Caso verificado qualquer empate nas deliberações dos sócios deverá ser observada a regra contida no art. 129, § 2º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades Anônimas”).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico.

Parágrafo primeiro – Os sócios apreciarão as contas dos administradores em reunião realizada anualmente.

Parágrafo segundo – A sociedade poderá levantar balanços intermediários, mensais, semestrais ou trimestrais e declarar, por deliberação da maioria absoluta dos sócios, a distribuição dos lucros neles apurados, que poderá se realizar de forma desproporcional à participação dos sócios no capital social. Na hipótese de prejuízo, o mesmo será suportado pelos sócios de acordo com a participação no capital social de cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **DA REUNIÃO DE SÓCIOS**

Haverá anualmente, uma reunião ordinária de sócios, que deverá ocorrer até o fim do quarto mês seguinte ao término do exercício social. Sempre que se fizer necessário, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias de sócios, convocada pelo sócio administrador, ou, conforme o caso, diretamente pelos sócios, nas hipóteses do art. 1.073, I, da Lei nº 10.406/02 (“Código Civil”).

Parágrafo primeiro – Todas as convocações serão realizadas através de telegrama, carta, ou correspondência eletrônica (e-mail), todos desde que com aviso de recebimento, considerando-se regularmente efetivadas quando entregues no endereço dos sócios constante do preâmbulo do contrato social, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, independentemente de ser o aviso de recebimento assinado pelo próprio ou por terceiros, sendo de exclusiva responsabilidade do sócio manter seu endereço atualizado junto a sociedade, cabendo-lhe comunicar qualquer alteração através de comunicado escrito, entregue na sede social.

Parágrafo segundo – Dispensam-se as formalidades da convocação dos sócios, ou ainda a própria reunião de sócios, quando todos os sócios, por escrito e na forma acima prevista, formalizarem sua ciência do local, dia, hora e ordem do dia da reunião ou, conforme o caso, comparecerem voluntariamente a reunião, ou ainda, decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da reunião.

Parágrafo terceiro – Ressalvadas as hipóteses em que a lei ou este contrato social exigirem quórum diferenciado, as reuniões de sócios serão sempre instaladas com a presença de sócios representantes de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo quarto – Os sócios poderão ser representados por procuradores nas reuniões, desde que o mandato contenha poderes expressos para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA **DA FALÊNCIA, DA INSOLVÊNCIA, DA INTERDIÇÃO E DO DIVÓRCIO DE SÓCIOS**

A decretação da falência e/ou insolvência dos sócios constitui justa causa para sua exclusão do quadro societário, ao contrário da interdição, que não tem o condão de servir de fundamento à resolução do contrato de sociedade com relação ao sócio declarado incapaz.

Parágrafo primeiro – Nas hipóteses relacionadas à e/ou insolvência de sócios, seus haveres serão pagos com base no patrimônio líquido contábil, levantado em balanço patrimonial específico, e pagos em prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM, ou outro índice legal que na ocasião venha por força de lei a substituí-lo, se fixado valor fixo ou limitado a 5% do total do faturamento da sociedade. Havendo caixa, os sócios remanescentes podem optar, por pagar à vista os haveres do sócio falido e/ou insolvente.

Parágrafo segundo – O sócio interditado não poderá exercer a administração social.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de divórcio de qualquer dos sócios, suas quotas não poderão ser transferidas ao ex-cônjuge do mesmo, e nem tampouco mantidas em condomínio entre o sócio e o ex-cônjuge, cabendo ao sócio que se divorciar fazer os ajustes eventualmente necessários em sua partilha de bens para acomodar essa vedação, se for o caso.

Parágrafo quarto – Caso seja judicialmente declarada, por qualquer razão, a impossibilidade de exclusão das quotas da partilha de bens no caso de divórcio de sócio, as quotas pertencentes ao ex-cônjuge, que ingressar na sociedade, serão despidas de seus direitos políticos, sendo vedado assim ao ex-cônjuge ingressante a participação e voto nas deliberações sociais e o exercício de funções de administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA **DO FALECIMENTO DE SÓCIOS**

A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

Parágrafo primeiro – Nas hipóteses de falecimento de sócio majoritário, titular de mais de 70% (setenta por cento) do capital social, seus herdeiros e sucessores necessariamente o sucederão

na sociedade. Caso a administração da sociedade estivesse sendo exercida pelo sócio majoritário, por ocasião de seu falecimento, o herdeiro e/ou sucessor do sócio majoritário requererá à Sociedade suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes que, uma vez homologada a partilha, os haveres do sócio falecido serão pagos com base no patrimônio líquido contábil, levantado em balanço patrimonial específico, e pagos em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM, ou outro índice legal que na ocasião venha por força de lei a substituí-lo. Havendo caixa, os sócios remanescentes podem optar por pagar à vista os haveres do sócio falecido.

Parágrafo segundo – Na hipótese de falecimento de quaisquer dos sócios minoritários, seus herdeiros e sucessores poderão requerer à Sociedade suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes, titulares da maioria do capital social, aceitar ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, os haveres do sócio falecido serão pagos com base no patrimônio líquido contábil, levantado em balanço patrimonial específico, e pagos em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM, ou outro índice legal que na ocasião venha por força de lei a substituí-lo. Havendo caixa, os sócios remanescentes podem optar por pagar à vista os haveres do sócio falecido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA **DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO SÓCIO**

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os sócios remanescentes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Os haveres do sócio retirante serão pagos com base no patrimônio líquido contábil, levantado em balanço patrimonial específico, e pagos em prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM, ou outro índice legal que na ocasião venha por força de lei a substituí-lo, se fixado valor fixo ou limitado a 5% do total do faturamento da sociedade. Havendo caixa, o resgate dessas parcelas poderá ser antecipado, por decisão dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA **EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

Na hipótese de sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social entenderem que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-los da sociedade, mediante a competente alteração desta Contrato Social, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil.

Parágrafo primeiro – São considerados atos de inegável gravidade para os fins desta cláusula, sem prejuízo de outros, a prática, habitual ou não, de (i) calúnia, injúria ou difamação contra a Sociedade e/ou seus sócios; (ii) concorrência desleal; (iii) atos ou omissões que comprometam o andamento normal da Sociedade ou o desenvolvimento dos negócios sociais; (iv) atos de desarmonia em relação aos demais sócios, com efeitos negativos para a Sociedade; (v) atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais; (vi) ingresso em juízo contra a Sociedade e/ou seus sócios; e (vii) ocorrência de qualquer outro motivo considerado justo pelos demais sócios para a exclusão.

Parágrafo segundo – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião de sócios especialmente convocada para esse fim, facultado ao acusado seu comparecimento para exercício do direito de defesa.

Parágrafo terceiro – As quotas do sócio excluído serão liquidadas pela sociedade pelo respectivo valor de patrimônio líquido contábil, com base em balanço patrimonial específico, e pagos em prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM, ou outro índice legal que na ocasião venha por força de lei a substituí-lo, se fixado valor fixo ou limitado a 5% do total do faturamento da sociedade. Havendo caixa, o resgate dessas parcelas poderá ser antecipado, por decisão dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

A sociedade somente será dissolvida, total ou parcialmente, por deliberação dos sócios que representem ao menos 3/4 (três quartos) do capital social ou nos casos previstos em lei. Nesse caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo, devendo o remanescente do patrimônio social, se houver, ser atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social. Os sócios estabelecerão o modo de liquidação, cabendo aos sócios que representem ao menos 3/4 (três quartos) do capital social, por deliberação, nomear e/ou destituir o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas na República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA **LEIS DE REGÊNCIA**

A sociedade será regida pelo presente contrato social, pelas normas aplicáveis as sociedades limitadas previstas nos artigos 1.052 a 1.087, do Código Civil e, supletivamente, pelas normas relativas às sociedades anônimas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA **ACORDOS DE SÓCIOS**

A sociedade observará os acordos de sócios que venham a ser arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) da reunião de quotistas acatar declaração de voto de qualquer sócio, signatário de acordo de sócios devidamente arquivado na sede social, que venha a ser proferida em dissonância com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à sociedade aceitar e proceder à oneração de quotas que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

FORO

As partes elegem, de comum acordo, o fórum central da comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam este instrumento em 6 (seis) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo 29 de novembro de 2023.

Fernando A. Maman

ARAMAX VISION TECHNOLOGIES LTDA

(neste ato representada por Fernando Antonios Maman)

Jose Castro Araujo Rudge

ZR PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EIRELI

(neste ato representada por José Castro Araújo Rudge)

Carolina Tarantino Araujo

CAROLINA TARANTINO ARAUJO

Luiz Eduardo Batalha

LUIZ EDUARDO BATALHA

Luiz Eduardo Checchi Wever

ODGERS BERNDTSON CONSULTORES EM SELEÇÃO DE EXECUTIVOS LTDA

(neste ato representada por Luiz Eduardo Checchi Wever)

Marcos de Souza d'Alessandro

MARCOS DE SOUZA D'ALESSANDRO

Testemunhas:

Testemunhas:

Eloisa Pereira da Silva

Nome: ELOISA PEREIRA DA SILVA

RG: 55.806.837-9

CPF: 153660288-11

Camila Azambuja Tanvós

Nome: CAMILA AZAMBUJA TANVÓS

RG: 10557199-4

CPF: 254290428-62



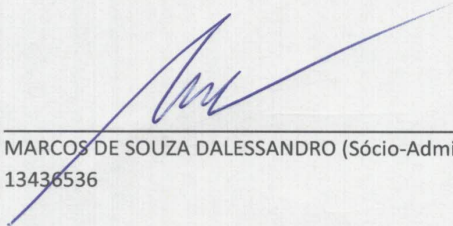
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO

Eu, MARCOS DE SOUZA DALESSANDRO, portador do Documento de Identificação nº 13436536, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 08411318800, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) RUA FILIPE DE GUSMAO, 123 - Bairro: SUMAREZINHO, São Paulo - SP CEP 05441100, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



MARCOS DE SOUZA DALESSANDRO (Sócio-Administrador)
13436536

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **ANTONIO APARECIDO TEIXEIRA** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP123904**, expedida em **18/04/2017**, inscrito no CPF nº 94890749853, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original. Documentos apresentados:

Arquivo de Alteração

Arquivo de Outros (Docs. privados)

São Paulo, 19/01/2024.

ANTONIO APARECIDO TEIXEIRA

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2430002681** de Alteração de Atividades/Objeto, Alteração de Capital e QSA, Alteração de Endereço e Consolidação da Matriz da empresa **APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA..**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Ana Claudia Jacintho**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 24/01/2024.

Ana Claudia Jacintho, CPF: 10761455825

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Claudia Jacintho e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2430002681.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. de NIRE 35230241769**, protocolizado sob o número **SPP2430002681** em **24/01/2024**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1018920249**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 24/01/2024.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 19/01/2024 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
---------------	-----	-------------	-------------

CCF_002026.pdf

ANTONIO APARECIDO TEIXEIRA	94890749853	19/01/24 13:34	AC SINCOR RFB G5 / PDF-1.7
-------------------------------	-------------	----------------	----------------------------

2. PROCESSO.pdf

ANTONIO APARECIDO TEIXEIRA	94890749853	19/01/24 13:34	AC SINCOR RFB G5 / PDF-1.4
-------------------------------	-------------	----------------	----------------------------

Arquivo de Declaração de Autenticidade.pdf

ANTONIO APARECIDO TEIXEIRA	94890749853	19/01/24 13:34	AC SINCOR RFB G5 / PDF-1.4
-------------------------------	-------------	----------------	----------------------------

*Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº
SPP2430002681*